



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 20.487,80 (vinte mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)

PERÍODO DOS LANCES

De 22/04/2026 às 08:00

Até 22/04/2026 às 14:00

PREFERÊNCIAS

Empresas de Pequeno Porte

Microempresas

Empreendedor Individual

CONTATO: cplicitacao@lagarto.se.leg.br



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 5	
4. FASE DE LANCES.....	6
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.....	7
6. HABILITAÇÃO	9
7. CONTRATAÇÃO	11
8. SANÇÕES	12
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	13



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

Torna-se público que o(a) **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do art. 75, inciso I ou II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 22/04/2026

Horário da Fase de Lances: 08:00 as 14:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será realizada por **LOTE (SERVIÇO)** conforme tabela abaixo:

LOTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESINSETIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	2080	R\$ 1,72	R\$ 3.577,60
2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESINSETIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1560	R\$ 2,06	R\$ 3.213,60
3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESCUPINIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	352	R\$ 2,10	R\$ 739,20
4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESALOJAMENTO DE MORCEGOS E AVES NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1054	R\$ 2,14	R\$ 2.255,56
5	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SANITARIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	6237	R\$ 1,68	R\$ 10.478,16
6	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M³	2,5	R\$ 89,47	R\$ 223,68
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 20.487,80

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do LICITANET.COM, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal Licitanet.com, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**):

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir do horário e da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será **automaticamente** aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total/unitário do item/lote (conforme o caso e exposição do sistema eletrônico onde ocorrerá a disputa).

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta. O intervalo de lances é definido na Tabela de itens/lotos deste Aviso de Dispensa, bem como, no sistema eletrônico onde ocorrerá a disputa.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta poderá ser intimado a encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora. Em caso de solicitação de planilhas de custos, será de obrigação da Contratante encaminhar modelo para a referida adequação e demonstração dos custos de sua proposta.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

5.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício (quando solicitado).

6.6. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

6.6.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

7.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, esta última, quando da ausência de Leis municipais que tratem do assunto.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Licitanet.com e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de **Brasília-DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.2.1. ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

9.13.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

Lagarto (SE), 13 de abril de 2026.

Luciano Santos de Melo

Agente de Contratação



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso **CNPJ**;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade fiscal perante a **FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL E MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)**;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

De forma a demonstrar a prova de qualificação econômico-financeira, os interessados neste processo deverão apresentar, conforme art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); com emissão não superior a 90 (noventa) dias.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão para desempenho do fornecimento, compatível com o objeto deste processo, através de 1 (um) ou mais **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Licença Sanitária para atividade pertinente ao objeto da licitação, emitida pela autoridade competente, conforme RDC nº 52/2009-ANVISA;

Licença Ambiental para atividade pertinente ao objeto da licitação, emitida pelo órgão competente, conforme RDC nº 52/2009-ANVISA.

DECLARAÇÕES

Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;

Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

Declaração dos interessados quanto a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021);

Declaração dos interessados que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas? (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

Declaração de observância do limite no processo para obtenção de benefícios da LC 123/2006, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

As Declarações citadas acima, poderá ser substituída por uma declaração única.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

TERMO DE REFERÊNCIA
Contratação Direta-Serviços Comuns

1. JUSTIFICATIVA

A presente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas está diretamente relacionada à manutenção das condições adequadas de salubridade, higiene e conservação das instalações utilizadas pela Câmara Municipal de Lagarto. Verificou-se que a execução periódica de serviços de controle de pragas, incluindo cupins, formigas, mosquitos, insetos, ratos e animais peçonhentos, bem como atividades de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos, morcegos e abelhas, é essencial para garantir ambientes seguros, saudáveis e adequados ao pleno funcionamento das atividades administrativas e legislativas. Trata-se de uma demanda recorrente e necessária, compatível com o dever institucional de zelar pela integridade do patrimônio público e pela adequada manutenção das dependências da Câmara. As instalações do Poder Legislativo Municipal, compostas por gabinetes, setores administrativos, plenário, áreas de atendimento ao público e demais espaços institucionais, estão sujeitas à circulação constante de pessoas e a condições que podem favorecer o surgimento e a proliferação de vetores e pragas urbanas. A ausência de medidas preventivas e corretivas de controle pode ocasionar a proliferação de insetos, roedores e outros agentes potencialmente transmissores de doenças, colocando em risco a saúde de servidores, vereadores, colaboradores e cidadãos que frequentam as dependências da Câmara. Além disso, a falta de controle adequado pode comprometer as condições de higiene dos ambientes e contribuir para a deterioração das estruturas físicas da edificação. A execução periódica dos serviços de dedetização, desratização, descupinização, sanitização e desalojamento de animais contribuem significativamente para a prevenção de riscos sanitários e ambientais, bem como para a manutenção de ambientes adequados ao exercício das atividades administrativas e legislativas. Tais medidas são fundamentais para assegurar condições seguras de trabalho e atendimento ao público, além de garantir que os espaços institucionais estejam em conformidade com as normas de saúde pública e vigilância sanitária. Recomenda-se que a execução dos serviços ocorra de forma periódica, preferencialmente em intervalos trimestrais ou semestrais, de modo a manter a eficiência das ações de controle e prevenir a reincidência de infestações, podendo essa periodicidade ser ajustada conforme as necessidades identificadas nas dependências da Câmara. A implementação desse serviço demonstra o compromisso da Câmara Municipal de Lagarto com a preservação do patrimônio público, a saúde dos usuários dos espaços institucionais e a manutenção de condições adequadas para o pleno funcionamento das atividades legislativas.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESINSETIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	2080	R\$ 1,72	R\$ 3.577,60
2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESRAATIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1560	R\$ 2,06	R\$ 3.213,60
3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESCUPINIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	352	R\$ 2,10	R\$ 739,20
4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESALOJAMENTO DE MORCEGOS E AVES NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1054	R\$ 2,14	R\$ 2.255,56
5	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SANITARIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	6237	R\$ 1,68	R\$ 10.478,16
6	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M³	2,5	R\$ 89,47	R\$ 223,68
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 20.487,80

2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O prazo de vigência do contrato será de até **12 (DOZE) MESES**, contados do(a) data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O custo estimado da contratação é **R\$ 20.487,80 (vinte mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)**.

2.4. O serviço requisitado, objeto deste TR, devem ser realizados no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da notificação da ordem de serviço ao fornecedor, no endereço indicado pelo prestador de serviço, dentro da área determinada, seguindo a padronização dos órgãos e conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho e execução constantes no ETP. Sobre os requisitos necessários ao atendimento da necessidade e padrão mínimo de qualidade relativo ao objeto, deverão atender aos



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

padrões de qualidade, higiene e segurança estabelecidos pelos órgãos de controle, como também disponibilizar todos os serviços constantes na proposta.

2.5. Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Lagarto (SE).

3. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. Para a execução do objeto contratual, deverá ser observado as seguintes condições:

3.1.1 O início efetivo dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de início dos trabalhos, momento em que a empresa contratada deverá estar com sua equipe, equipamentos e estrutura plenamente disponíveis para execução do serviço objeto deste processo.

3.1.2 A execução dos serviços deverá ocorrer presencialmente na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO, com os horários e dias definidos pelo órgão, abrangendo áreas internas e externas, bem como reservatórios de água potável, cozinhas, refeitórios, banheiros, depósitos, conforme definido em cada Ordem de Serviço.

Prazos de execução

a) **Serviços preventivos:** poderão ser realizados com periodicidade mínima trimestral em cada unidade, salvo definição diversa da Administração em cronograma próprio.

b) **Serviços emergenciais:** deverão ser iniciados em até 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da Ordem de Serviço.

c) **Serviços corretivos e rotineiros:** prazo de conclusão deverá observar a complexidade da execução, sendo definido na respectiva OS.

3.2. Critérios de medição e pagamento

a) A medição será realizada de acordo com a unidade contratada (m² tratado).

b) O pagamento estará condicionado ao **atesto do Fiscal do Contrato**, mediante apresentação de relatório técnico detalhado, incluindo check-list, produtos utilizados, bem como registros fotográficos ou laudos quando aplicáveis.

c) Os pagamentos ocorrerão em até **30 (trinta) dias** contados da apresentação da nota fiscal atestada, consolidando os serviços prestados no período.

3.3 A empresa contratada deverá se responsabilizar por todas as despesas, custos, obrigações e tributos decorrentes do serviço, inclusive as de natureza trabalhista, para que execute de forma adequada o objeto deste processo.

3.4. A empresa deve realizar uma inspeção minuciosa para identificar as espécies presentes e suas áreas de infestação; utilizar inseticidas adequados, considerando a segurança ambiental e de saúde humana; escolher o método adequado de acordo com o tipo de espécies; monitorar regularmente para avaliar a eficácia do tratamento e detectar novas infestações precocemente; implementar e orientar sobre medidas preventivas, como vedação de possíveis pontos de entrada de roedores e manutenção de higiene rigorosa nos ambientes.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

3.5. A empresa deve estar devidamente licenciada/registrada junto à entidade sanitária e ambiental competente; possuir quadro de pessoal tecnicamente qualificado e legalmente habilitado no registro de classe competente para a execução dos serviços; utilizar produtos químicos de qualidade, que estejam devidamente registrados e nas dosagens permitidas em lei, devendo para tanto apresentar as fichas técnicas de todos os produtos que serão utilizados, fornecer comprovantes de execução de serviço e fixar em local visível em consonância com o que versa a RDC nº 52/2009.

3.6. Todas as etapas devem ser realizadas por profissionais qualificados e em conformidade com as normas regulatórias e de segurança vigentes para garantir a eficácia dos serviços e a proteção da saúde pública e ambiental.

3.7. Cumprir as normas e padrões de higiene ambiental definidos pela legislação federal, estadual e/ou municipal regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, a RDC No 52 a RDC No 20/2010 com suas atualizações e o Art. 2 da RDC ANVISA No 326/2005, que cuida do gerenciamento de produtos para controle de insetos, roedores e de outros animais incômodo ou nocivos à saúde;

3.8. Na aplicação dos produtos, as superfícies sensíveis devem ser protegidas, como móveis e pisos, durante a aplicação de produtos químicos; colocar iscas de forma segura e estratégica, longe do alcance de crianças, animais domésticos e outros não alvos; proteger alimentos e utensílios de cozinha durante a aplicação dos produtos; ventilar bem os ambientes após a aplicação dos inseticidas para eliminar quaisquer resíduos ou odores nocivos; limpar as áreas tratadas de forma adequada para remover qualquer resíduo de inseticida, seguindo as instruções do fabricante;

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, desde que seja permitido nos limites legais.

6.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6.3. Somente poderão ser utilizados produtos saneantes regularmente registrados na ANVISA, com validade vigente, em embalagens originais, devendo ser apresentadas as respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) para cada produto aplicado.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

- 6.4. A contratada deverá dispor de equipamentos adequados e em bom estado de funcionamento, incluindo pulverizadores manuais e motorizados, bombas costais, nebulizadores, atomizadores, termo nebulizadores e demais instrumentos necessários à execução segura e eficiente dos serviços.
- 6.5. Todos os funcionários envolvidos na execução dos serviços deverão utilizar EPIs adequados, como luvas, máscaras, óculos de proteção, botas impermeáveis e uniformes, de acordo com as normas de segurança do trabalho.
- 6.6. Os serviços de caráter preventivo poderão ser realizados, no mínimo, trimestralmente na unidade, ou conforme cronograma definido pela Administração, sem prejuízo da execução de serviços emergenciais ou corretivos.
- 6.7. Nos casos de solicitações emergenciais decorrentes de surtos ou infestações críticas, a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da Ordem de Serviço.
- 6.8. Serão aceitos apenas métodos de controle devidamente autorizados, tais como: aplicação localizada de inseticidas, pulverização residual, aplicação de gel em pontos estratégicos, uso de iscas químicas, armadilhas mecânicas e outros métodos aprovados pela Vigilância Sanitária.
- 6.9. A aplicação dos produtos em ambientes sensíveis, como na cozinha, deverá observar protocolos específicos de segurança, garantindo o isolamento das áreas tratadas e a prévia comunicação às unidades.
- 6.10. A contratada deverá emitir relatórios técnicos a cada execução, contendo: checklist das áreas tratadas, registros de aplicação, identificação dos produtos utilizados (com lote e validade), fotos ilustrativas e, quando necessário, laudos técnicos emitidos pelo responsável técnico.
- 6.11. É expressamente vedada a utilização de produtos tóxicos ou químicos que não possuam registro válido na ANVISA e autorização para uso em ambientes de uso coletivo.
- 6.12. A contratada será responsável pelo descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos e embalagens, em conformidade com a legislação ambiental vigente, devendo apresentar comprovantes de destinação final quando solicitado.
- 6.13. A execução dos serviços deverá atender integralmente às normas ambientais, trabalhistas, de saúde e segurança do trabalho, bem como às normas técnicas aplicáveis ao controle de vetores e pragas urbanas.
- 6.14. Os serviços prestados deverão garantir eficácia comprovada, de modo que não haja reincidência de infestação dentro do prazo de eficácia declarado pelo fabricante do produto utilizado.
- 6.15. A contratada deverá oferecer garantia mínima para retrabalho sem custos adicionais em caso de reincidência de infestação durante o período de eficácia previsto após a aplicação.
- 6.16. Deverão ser observados indicadores de qualidade tais como: tempo de resposta aos atendimentos emergenciais, grau de satisfação das unidades atendidas e registros de não conformidades apurados pela fiscalização.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

6.17. Todos os funcionários deverão possuir treinamento e capacitação comprovada para aplicação de produtos químicos, em conformidade com a legislação trabalhista e de segurança do trabalho.

6.18. A empresa deverá apresentar, no ato da contratação, Licença ou Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária competente, autorizando a execução da atividade de controle de vetores e pragas urbanas.

6.19. Quando aplicável, a contratada deverá apresentar autorização ou licença expedida pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal pertinente.

6.20. Do processo de atuação:

6.20.1 Eliminar e prevenir a proliferação de vetores e pragas urbanas ou rurais, tais como roedores, aracnídeos, insetos voadores e rasteiros, entre outros animais sinantrópicos, quilópodes e diplópodes;

6.20.2 Eliminar e prevenir a proliferação de cupins;

6.20.3 Eliminar e prevenir a proliferação de quaisquer outros animais que infestam ambientes urbanos ou rurais podendo causar agravos à saúde e/ou prejuízos econômicos.

6.20.4 **A CONTRATADA** deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, sem ônus extras para a CONTRATANTE.

6.20.5 As aplicações sustentativas (reforço) serão realizadas caso ocorram infestações no intervalo compreendido entre uma aplicação e outra, mediante solicitação prévia e sem ônus para a CONTRATANTE.

6.20.6 **A CONTRATADA** deverá fazer revisões (visitas) a cada 45 (quarenta e cinco) dias em locais considerados críticos para a proliferação de pragas como: área externa, rede de esgoto, banheiros, depósitos e caixas de gordura, sem ônus ao Contratante.

6.21. Em consonância com o que versa a RDC nº 52/2009, as empresas deverão fornecer comprovantes de execução de serviço e Fixar em local visível o “comprovante de execução dos serviços”, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

6.21.1. Nome do cliente;

6.21.2. Endereço do imóvel;

6.21.3. Praga (s) alvo;

6.21.4. Data de execução dos serviços;

6.21.5. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

6.21.6. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

6.21.7. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

6.21.8. Orientações pertinentes ao serviço executado;

6.21.9. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

6.21.10. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

6.21.11. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

6.22. Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter, no mínimo, as seguintes características:

6.22.1. Não causarem manchas;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

- 6.22.2. Serem antialérgicos;
- 6.22.3. Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- 6.22.4. Serem inofensivos a saúde humana;
- 6.22.5. Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
- 6.22.6. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela portaria número 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a portaria número 321/97 do citado Órgão.
- 6.22.7. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.
- 6.22.8. Podendo usar os seguintes produtos como sugestão: inseticida, lambda cialontrina, fipronil, iscas chemone, grãos peletizados e/ou outros produtos.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DO PRESTADOR DE SERVIÇO

- 7.1.1. Manter, durante toda a vigência do termo de contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento de contratação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão e, aplicação das penalidades ora previstas;
- 7.1.2. Prestar o serviço de acordo com especificação deste termo e na legislação vigente, em especial a RDC ANVISA Nº 52/2009.
- 7.1.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito serviço, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;
- 7.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas de sua responsabilidade, obrigações e tributos decorrentes do serviço, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- 7.1.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o serviço;
- 7.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;
- 7.1.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução do serviço;
- 7.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem prévia e expressa anuência.
- 7.1.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Município.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

7.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

7.1.11. Todos os produtos químicos, pesticidas, raticidas, cupinidas, desinfetantes e sanitizantes utilizados deverão possuir registro ativo nos órgãos competentes, acompanhados das respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ). É vedado o uso de produtos vencidos, reembalados, manipulados ou não registrados.

7.1.12. A contratada deverá fornecer, sem ônus adicional à Administração, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) exigidos pelas Normas Regulamentadoras (NRs), especialmente NR-06, NR-09, NR-15, NR-33 e NR-35.

7.1.13. A contratada será responsável pela coleta, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a ABNT NBR 10.004/2004, Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA Nº 52/2009 e demais legislações ambientais.

7.1.14. A contratada deverá garantir a eficácia dos serviços de controle de pragas e sanitização por no mínimo 90 (noventa) dias, comprometendo-se a realizar nova aplicação, sem custos adicionais, caso haja reincidência de pragas no período de garantia.

7.1.15. A contratada responderá integralmente por danos materiais, ambientais e pessoais causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação, bem como por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relacionadas aos seus empregados, não estabelecendo qualquer vínculo com a Administração Pública.

7.1.16. Durante a execução dos serviços, a contratada deverá isolar e sinalizar as áreas tratadas, indicando os produtos utilizados e os prazos de segurança recomendados, garantindo que nenhum servidor ou usuário seja exposto aos agentes químicos aplicados.

7.1.17. A contratada deverá disponibilizar profissionais treinados, certificados e uniformizados, apresentando, sempre que solicitado, comprovante de capacitação técnica para as atividades desempenhadas.

7.1.18. Ao término de cada serviço, deverá ser emitido Relatório Técnico de Execução, contendo: data, local, produtos utilizados, dosagens, método de aplicação, nomes dos aplicadores, responsáveis técnicos, e certificado de execução e garantia, devidamente assinado por profissional habilitado.

7.1.19. Respeitar a legislação vigente, Portaria nº 09 de 16 de novembro de 2000 e Resolução RDC nº 622 de 09 de março de 2022 ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Observar as boas práticas técnicas e ambientais recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados, nas áreas escopo dos trabalhos, quer seja em termos de qualidade, quantidade ou destinação atividades essas da inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

7.1.20. Os procedimentos que devem ser adotados pela contratada a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfetantes, obedecendo às boas práticas operacionais.



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

7.1.21. A contratada deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte evitando, assim, o contato de terceiros com os produtos.

7.1.22. Os produtos devem ser identificados a fim de evitar misturas e estarem dispostos de forma a favorecer sua utilização. Todos os produtos utilizados na prestação dos serviços deverão ser devidamente registrados e autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

7.2. DO ORGÃO

7.2.1. Notificar o prestador quanto à requisição do serviço mediante o envio da nota de empenho, ou ordem de serviço a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo o contratado sendo que a nota de empenho repassada ao prestador de serviço poderá representar a uma ordem de serviço;

7.2.2. Notificar o prestador de serviço de qualquer irregularidade encontrada na execução contratual.

7.2.3. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas e conforme os serviços executados;

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I e II (conforme o caso) da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**

As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **Anexo I do Aviso de Contratação Direta**.

Os critérios de habilitação econômico-financeira e técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no **Anexo I do Aviso de Contratação Direta**.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento de 2026.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
0101	2001	33903900	15000000

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada através da aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme o caso e aplicação.

Lagarto (SE), 10 de abril de 2026.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

LUIZ GUSTAVO DE JESUS LISBOA
TÉCNICO(A) – EQUIPE DE PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO

_____/_____/2026.

Washington da Cruz Silva
Presidente da Câmara



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – (ETP)

OBJETIVO DO PRESENTE DOCUMENTO

O presente estudo tem por finalidade principal detalhar a melhor alternativa através de análise da viabilidade técnica e financeira para o **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO/SE.**

DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

DEMANDANTE: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OBJETO: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)

1.2 EQUIPE DE PLANEJAMENTO

TÉCNICO(A): LUIZ GUSTAVO DE JESUS LISBOA (EQUIPE DE PLANEJAMENTO)

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Após análise da demanda formalizada, o técnico de planejamento identificou que a necessidade apresentada está diretamente relacionada à manutenção das condições de salubridade, higiene e conservação das instalações utilizadas pela Câmara Municipal de Lagarto. Verificou-se que a execução periódica de serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas, incluindo cupins, formigas, mosquitos, insetos, ratos e animais peçonhentos, bem como serviços de desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de morcegos, sanitizarão e limpeza de caixa d'água é essencial para garantir ambientes seguros, saudáveis e adequados ao pleno funcionamento das atividades administrativas e legislativas.

Trata-se de uma demanda recorrente e necessária, compatível com o dever institucional de zelar pela integridade do patrimônio público e pela adequada prestação dos serviços desenvolvidos pelo Poder Legislativo Municipal. As dependências da Câmara, compostas por gabinetes, setores administrativos, plenário, áreas de atendimento ao público, almoxarifado e demais espaços institucionais, estão sujeitas



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

à circulação constante de pessoas e às condições ambientais que podem favorecer o surgimento e a proliferação de vetores e pragas urbanas.

A ausência de ações preventivas e corretivas de controle pode ocasionar a proliferação de insetos, roedores e outros agentes potencialmente transmissores de doenças, colocando em risco a saúde de servidores, vereadores, colaboradores e cidadãos que frequentam o ambiente institucional. Além disso, a falta de controle adequado pode comprometer as condições de higiene dos ambientes e contribuir para a deterioração das estruturas físicas da edificação.

Nesse contexto, a execução periódica de serviços de dedetização, desratização, descupinização, sanitização e desalojamento de animais contribuem significativamente para a redução de riscos sanitários e ambientais, bem como para a manutenção de ambientes adequados ao exercício das atividades administrativas e legislativas. Essas medidas são fundamentais para assegurar condições seguras de trabalho e atendimento ao público, além de manter os espaços institucionais em conformidade com as normas de saúde pública e vigilância sanitária.

A implementação desse serviço demonstra o compromisso do Poder Legislativo Municipal com a preservação do patrimônio público, a saúde dos usuários dos espaços institucionais e a adequada manutenção das condições ambientais necessárias ao pleno funcionamento das atividades da Câmara Municipal de Lagarto.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços enquadram-se na classificação de serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

O serviço requisitado, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, deverá ser executado no **PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS** a contar da notificação do empenho ao prestador de serviços, no endereço indicado na respectiva ordem de serviço. A execução deverá observar a padronização exigida pelos órgãos competentes, atendendo integralmente às especificações técnicas em aos requisitos de desempenho estabelecidos neste documento. Trata-se, portanto, de medida necessária para assegurar eficiência, regularidade e qualidade na prestação do serviço público.

A execução dos serviços deverá observar as normas de saúde pública, segurança e meio ambiente aplicáveis, garantindo que todas as atividades sejam realizadas de forma segura, eficiente e compatível com as exigências legais vigentes.

A contratada deverá:

- Atuar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária Municipal;
- Adotar medidas para evitar a contaminação do solo com produtos químicos;
- Utilizar materiais, insumos e equipamentos devidamente regularizados pelos órgãos competentes, quando aplicável;
- Assegurar que os serviços sejam executados por profissionais capacitados, devidamente identificados e com treinamento compatível com as atividades desempenhadas;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

- Adotar medidas preventivas de segurança do trabalho e proteção ambiental, garantindo o descarte adequado de resíduos e evitando qualquer tipo de contaminação ou danos ao meio ambiente;
- Executar os serviços conforme cronograma definido pelo o órgão, respeitando as rotinas e o funcionamento da unidade atendida;
- Fornecer, quando couber, relatórios técnicos ou registros de execução, assegurando rastreabilidade e transparência das ações realizadas.
- Realizar descarte em local devidamente licenciado pelo órgão competente.
- Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Lagarto/SE.
- A empresa deve realizar uma inspeção minuciosa para identificar as espécies presentes e suas áreas de infestação; utilizar inseticidas adequados, considerando a segurança ambiental e de saúde humana; escolher o método adequado de acordo com o tipo de espécies;
- Monitorar regularmente para avaliar a eficácia do tratamento e detectar novas infestações precocemente;
- Implementar e orientar sobre medidas preventivas, como vedação de possíveis pontos de entrada de roedores e manutenção de higiene rigorosa nos ambientes.
- A empresa deve estar devidamente licenciada/registrada junto à entidade sanitária e ambiental competente; possuir quadro de pessoal tecnicamente qualificado e legalmente habilitado no registro de classe competente para a execução dos serviços; utilizar produtos químicos de qualidade, que estejam devidamente registrados e nas dosagens permitidas em lei, devendo para tanto apresentar as fichas técnicas de todos os produtos que serão utilizados, fornecer comprovantes de execução de serviço e fixar em local visível em consonância com o que versa a RDC nº 52/2009.
- Todas as etapas devem ser realizadas por profissionais qualificados e em conformidade com as normas regulatórias e de segurança vigentes para garantir a eficácia dos serviços e a proteção da saúde pública e ambiental.
- Cumprir as normas e padrões de higiene ambiental definidos pela legislação federal, estadual e/ou municipal regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, a RDC No 52 a RDC No 20/2010 com suas atualizações e o Art. 2 da RDC ANVISA No 326/2005, que cuida do gerenciamento de produtos para controle de insetos, roedores e de outros animais incômodo ou nocivos à saúde.
- Na aplicação dos produtos, As superfícies sensíveis devem ser protegidas, como móveis e pisos, durante a aplicação de produtos químicos; colocar iscas de forma segura e estratégica, longe do alcance de crianças, animais domésticos e outros não alvos; proteger alimentos e utensílios de cozinha durante a aplicação dos produtos; ventilar bem os ambientes após a aplicação dos inseticidas para eliminar quaisquer resíduos ou odores nocivos; limpar as áreas tratadas de forma adequada para remover qualquer resíduo de inseticida, seguindo as instruções do fabricante.
- Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses e devem ser cadastrados pelos órgãos controladores do Governo, como a ANVISA e sua manipulação e descarte são responsabilidade da empresa contratada. Quando decorrido esse prazo, deverá ser feita nova aplicação.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação atenda plenamente às necessidades da Administração Municipal, com observância dos princípios da eficiência, economicidade e segurança nas atividades executadas.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E LEVANTAMENTO QUANTITATIVO

As especificações e estimativas expostas na tabela abaixo, são derivadas de levantamento realizado pelo órgão demandante. Os itens descritos neste documento, bem como, seus quantitativos, foram revisados, no qual em especial avaliou a forma de execução do serviço e quantidade estimada para esta ação, ressalta-se que para o levantamento de quantitativo o parâmetro base considerou os metros quadrados da câmara municipal, bem como a estimativa mínima de limpezas de caixa d'água.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESINSETIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M ²	2080
2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESRATIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M ²	1560
3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESCUPINIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M ²	352
4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESALOJAMENTO DE MORCEGOS E AVES NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M ²	1054
5	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SANITARIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M ²	6237
6	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M ³	2,5

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para efeito do presente Estudo Técnico Preliminar, inicialmente verificou-se que existem diversas soluções disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade identificada pela CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO, considerando aspectos de viabilidade técnica, operacional e econômica.

Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de execução do serviço por **mão de obra própria**, mediante designação de servidores do quadro da instituição, com utilização de equipamentos e produtos adquiridos pela própria Câmara. Embora essa alternativa possibilitasse maior controle direto sobre a execução das atividades e eventual economia em determinadas circunstâncias, verificou-se que a Câmara Municipal não dispõe, atualmente, de servidores qualificados ou treinados para a realização de serviços técnicos de dedetização, desratização e controle de pragas urbanas. Além disso, a execução dessa



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

atividade exigiria a aquisição de equipamentos específicos, produtos químicos adequados e autorizados pelos órgãos competentes, bem como capacitação técnica para o manuseio seguro dessas substâncias. Tais fatores implicariam custos adicionais, necessidade de estrutura adequada e riscos operacionais relacionados à execução inadequada dos serviços, podendo comprometer a eficácia das ações e a segurança sanitária dos ambientes institucionais. Dessa forma, essa alternativa mostra-se pouco viável diante das condições atuais da instituição.

Outra possibilidade analisada foi a **contratação pontual por demanda emergencial**, realizada sempre que surgissem focos ou indícios de infestação nas instalações da Câmara. Embora essa solução pudesse proporcionar atendimento rápido em situações específicas, constatou-se que sua adoção traria desvantagens relevantes, como a elevação do custo unitário dos serviços, a ausência de planejamento preventivo e a falta de regularidade nas ações de controle. Esse modelo também aumenta o risco de reincidência das pragas, uma vez que o combate ocorreria apenas de forma reativa, podendo comprometer a manutenção contínua das condições adequadas de higiene e salubridade nas dependências institucionais.

Por fim, analisou-se a alternativa de **contratação de empresa especializada**, com experiência comprovada na prestação de serviços de controle de pragas urbanas, dispondo de profissionais capacitados, equipamentos adequados e utilização de produtos químicos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos reguladores competentes, como a Vigilância Sanitária. Essa alternativa apresenta vantagens significativas, como maior segurança na execução dos serviços, conformidade com as normas sanitárias e ambientais, redução de riscos à saúde de servidores e visitantes, além da responsabilidade da empresa contratada pelo fornecimento dos equipamentos, produtos e técnicas adequadas para a realização das atividades.

Dessa forma, conclui-se que a alternativa mais viável e adequada à realidade da CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO é a contratação de empresa especializada, com expertise comprovada em serviços de prevenção e combate a vetores e pragas urbanas em atendimento aos requisitos técnicos exigidos em processo. Essa solução assegura o cumprimento das obrigações legais e a eficiência na execução, com responsabilidade concentrada em um único prestador devidamente qualificado, promovendo segurança jurídica, qualidade técnica e otimização do processo.

A **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em razão do valor nos termos do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender tal necessidade.



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

Os serviços classificados como comuns possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado.

A Pesquisa de Preços para estimativa do valor unitário máximo a ser aceito neste processo de contratação tem por base um Mapa de Preços elaborado com base no §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Nesse entendimento e com vista a obtenção dos preços que estejam de acordo com a realidade do ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, após consolidação dos itens de interesse da CÂMARA MUNICIPAL, buscou preços junto a contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços a fim de elaborar orçamento e obter uma noção do real custo de tudo que, possivelmente, se necessitará adquirir para o desenvolvimento dos trabalhos precípuos da Administração quanto ao **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PREVENÇÃO, COMBATE E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)**.

Por fim, havendo o levantamento de custo totalmente realizado e, verificando-se estar esse levantamento financeiro dentro do VALOR previsto no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA que deu origem ao presente estudo, se conclui SER A SOLUÇÃO MAIS VIÁVEL para o problema exposto em DFD AQUELA QUE SE CARACTERIZA PELA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PREVENÇÃO, COMBATE E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)**, utilizando para tanto a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Diante da alternativa presente para solução da necessidade, se faz necessário a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PREVENÇÃO, COMBATE E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)**, devendo ser realizado através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com vigência de **12 (DOZE) MESES**.

7. DOS SERVIÇOS A SEREM REGISTRADOS EM PROCESSO



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESINSETIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	2080	R\$ 1,72	R\$ 3.577,60
2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESRATIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1560	R\$ 2,06	R\$ 3.213,60
3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESCUPINIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	352	R\$ 2,10	R\$ 739,20
4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESALOJAMENTO DE MORCEGOS E AVES NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1054	R\$ 2,14	R\$ 2.255,56
5	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SANITARIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	6237	R\$ 1,68	R\$ 10.478,16
6	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M³	2,5	R\$ 89,47	R\$ 223,68
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 20.487,80

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimado da contratação é de **R\$ 20.487,80 (vinte mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)**.

Considerando os termos do §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços, através de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços. Foi utilizada a metodologia da média dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A adjudicação da **DISPENSA DE LICITAÇÃO** será por **LOTE**, visto que A presente contratação será realizada mediante agrupamento em lote único, considerando a natureza integrada dos serviços a serem



ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

prestados, que envolvem atividades contínuas e interdependentes de prevenção, combate e controle de vetores e pragas urbanas.

A adoção do parcelamento do objeto, com eventual divisão por itens ou por tipos de serviço (como dedetização, desratização, descupinização, entre outros), não se mostra tecnicamente adequada, tendo em vista que tais atividades compõem um conjunto operacional único, cuja execução exige padronização de métodos, uniformidade na aplicação de insumos, planejamento integrado e acompanhamento sistemático dos resultados.

Além disso, a contratação por lote único favorece a **eficiência na gestão contratual**, uma vez que centraliza a responsabilidade em um único prestador, reduzindo riscos de descontinuidade, sobreposição de responsabilidades e falhas na execução decorrentes da atuação simultânea de múltiplos fornecedores. Sob o aspecto econômico, a contratação em lote único também tende a proporcionar **maior vantajosidade para a Administração Pública**, permitindo ganhos de escala, melhor negociação de preços e otimização dos custos operacionais, em comparação com a fragmentação do objeto.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto, com a adoção de lote único, atende aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, sendo a alternativa mais adequada para garantir a qualidade e a efetividade dos serviços a serem contratados.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para o presente objeto as contratações correlatas e/ou interdependentes não se mostram necessárias diante do atual contexto municipal, dadas as condições já estabelecidas. Logo, a contratação correlata e/ou interdependentes para o serviço desse objeto não se faz necessário, pois o órgão já possui estrutura consolidada e adequada para a execução.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A execução dos serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas nas dependências da Câmara Municipal de Lagarto (SE) pode gerar determinados impactos ambientais, principalmente em razão da utilização de produtos químicos específicos destinados ao controle de insetos, roedores e outros organismos. Entre os principais impactos potenciais, destacam-se a contaminação do solo, da água e do ar, caso haja aplicação inadequada dos produtos, bem como riscos à fauna não alvo, à saúde humana e ao equilíbrio ambiental.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

Outro possível impacto está relacionado ao descarte inadequado de embalagens e resíduos provenientes da aplicação dos produtos químicos, os quais, se não tratados de forma correta, podem causar danos ao meio ambiente e à saúde pública.

Diante desses riscos, a adoção de medidas mitigadoras torna-se essencial para reduzir ou eliminar possíveis efeitos negativos decorrentes da execução do serviço. Nesse sentido, recomenda-se que a empresa contratada utilize exclusivamente produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes, especialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, observando rigorosamente as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

Também deverá ser assegurado que a aplicação dos produtos seja realizada por profissionais devidamente capacitados, utilizando equipamentos adequados e técnicas que minimizem a dispersão de substâncias químicas no ambiente. Sempre que possível, deve-se priorizar métodos de controle integrados de pragas, combinando ações preventivas, monitoramento e uso racional de produtos químicos.

Além disso, a empresa responsável deverá promover o descarte ambientalmente adequado das embalagens e resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as orientações dos fabricantes dos produtos utilizados, evitando contaminações e impactos ao meio ambiente. A adoção dessas medidas contribui para que a execução dos serviços ocorra de forma segura, responsável e ambientalmente sustentável, garantindo a proteção da saúde dos servidores, vereadores, colaboradores e visitantes, bem como a preservação do meio ambiente, sem comprometer a eficácia das ações de controle de pragas nas dependências da Câmara Municipal de Lagarto.

12. ALINHAMENTO COM O PCA

A presente demanda encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Câmara Municipal de Lagarto (SE), evidenciando o alinhamento do objeto com o planejamento institucional previamente estabelecido, em conformidade com as diretrizes de organização, racionalização das contratações públicas e fortalecimento da governança administrativa.

Entretanto, no curso da instrução processual e a partir de nova revisão técnica do planejamento, constatou-se que os quantitativos inicialmente estimados no PCA se revelaram insuficientes para



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

atender, de forma adequada e contínua, às reais necessidades da Câmara Municipal, especialmente após a realização de levantamento mais detalhado das áreas, ambientes e demandas operacionais relacionadas aos serviços de prevenção, combate e controle de vetores e pragas urbanas.

Tal reavaliação decorre do aprimoramento do diagnóstico das necessidades administrativas, o que permitiu identificar a necessidade de adequação dos quantitativos, de modo a assegurar a efetividade dos serviços, a manutenção das condições sanitárias adequadas e a preservação da saúde dos usuários das dependências do órgão.

Dessa forma, a presente contratação, embora prevista no PCA, incorpora ajustes quantitativos decorrentes de revisão superveniente, os quais se mostram necessários e devidamente justificados, não representando desvio do planejamento, mas sim seu aperfeiçoamento, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade e da busca pela melhor solução para a Administração Pública.

13. ANÁLISE DE RISCOS (MAPEAMENTO)

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

RISCO	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Atraso na execução dos serviços	Médio	Alto	Estabelecer cronograma claro e detalhado com previsão de entregas parciais e acompanhamento semanal.	Aplicação de penalidades contratuais e reprogramação imediata do cronograma.	Fiscal do Contrato
Descarte inadequado de resíduos gerados	Médio	Médio	Determinar descarte ambientalmente correto e registro de destinação final.	Notificação da contratada e correção imediata.	Fiscal do Contrato
Interferência na rotina legislativa	Baixo	Médio	Programar a execução dos serviços em horários compatíveis com o funcionamento da Câmara.	Ajuste na rotina de execução conforme orientação da Administração.	Fiscal do Contrato

14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

A contratação dos serviços permitirá à **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**, a manutenção de ambientes limpos, seguros e salubres, contribuindo para a proteção da saúde de servidores, vereadores e cidadãos que frequentam as dependências institucionais.

Além disso, a execução dos serviços por empresa especializada garantirá maior eficácia no controle de insetos, roedores e outros agentes nocivos, prevenindo danos às instalações e preservando o patrimônio público. A medida também reduz riscos sanitários e evita a necessidade de intervenções emergenciais, assegurando melhores condições para o funcionamento das atividades administrativas e legislativas.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Após a realização desse Estudo Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Administração será realizada **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

A dispensa estando autorizada (ratificada) e os contratos assinados poderá ser emitida a ordem de serviço do item.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, partir da análise do presente Estudo Técnico Preliminar e de acordo com os termos pretendidos, como já vem sendo realizada pelo **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**.

Lagarto (SE), 10 de abril de 2026.

LUIZ GUSTAVO DE JESUS LISBOA
TÉCNICO(A) – EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR APROVADO

_____/_____/2026

Washington da Cruz Silva
Presidente da Câmara



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM
ENTRE SI A(O) CÂMARA MUNICIPAL DE
LAGARTO E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO**, com sede no(a) **PRAÇA NOSSA SENHORA DA PIEDADE, Nº 97, CENTRO**, na cidade de **LAGARTO – SERGIPE**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **16.212.094/0001-00**, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) **WASHINGTON DA CRUZ SILVA**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL e o(a) **XXXXXXXXXXXXXXXX** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO(A)**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO SOB O Nº XXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o(a) a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Dos itens que compõem o objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESINSETIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	2080		
2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DES RATATIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1560		
3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESCUPINIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	352		
4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DESALOJAMENTO DE MORCEGOS E AVES NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	1054		
5	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SANITARIZAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M²	6237		
6	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO (SE)	M³	2,5		
VALOR TOTAL (R\$)					



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA, caso existentes;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) meses** contados do(a) data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ XX.XXX, XX (XXXXXXXXXXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados e/ou fornecimentos efetivamente executados.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e sua liquidação.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC** de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha (quando houver), no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

5.5.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviço. (Art. 145, caput, Lei 14.133/2021).

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **INPC** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o setor jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a contratante terá o prazo de **30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.2. A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela contratante no local da obra ou do serviço ou do fornecimento para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência (nos casos em que couber);

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços ou fornecimentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto contratado;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, para execução contratual, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ou no ato da entrega do material com nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante (nos casos em que couber);

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços e/ou fornecimento.

8.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, exposta em processo que deu origem ao presente contrato;

8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a DISPENSA ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa:
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - (2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

(3) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(4) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
0101	2001	33903900	15000000

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de LAGARTO (SE) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Lagarto (SE), XX de XXXXXXXX de 2026.

Washington Da Cruz Silva

Presidente da Câmara

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____